



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia (STARQ) alertou-nos para a significativa lacuna de trabalhadores tanto na Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), como nas Direcções Regionais de Cultura (DRCs).

Relativamente à DGPC, o próprio Director-Geral do Património Cultural, Bernardo Alabaça, referiu recentemente, em Comissão de Cultura e Comunicação, a dramática falta de trabalhadores, mencionando ter a decorrer processos de contratação de “20 recursos”, quando “nos próximos quatro anos”, prevê a perda de “300 recursos por aposentação”, entre funcionários do organismo em si e serviços dependentes, nomeadamente museus.

Essa ausência verte-se, como esperado, nas DRCs. De acordo com dados do STARQ, na DRC Alentejo, existem neste momento 7 arqueólogos, sendo que 2 se encontram muito próximos da idade da reforma; já na homóloga algarvia, há em serviço efectivo dois arqueólogos, sendo que para além destes profissionais há um arqueólogo que actualmente é dirigente (logo exerce outro tipo de funções) e um arqueólogo que não está no serviço. Mais preocupante, referem, é existir apenas dois arqueólogos na DRC Centro que serve os distritos da Guarda, Viseu e Castelo Branco.

Paralelamente, mencionam ainda a “gritante” falta de meios, “concretamente a ausência de viaturas ou o péssimo estado das mesmas (sem manutenção)”.

Em relação à falta de Recursos Humanos, tanto a Ministra da Cultura como o Director-Geral do Património Cultural têm declarado a intenção de integrar bolseiros na DGPC. Sobre este assunto, o STARQ evidencia que a investigação e trabalho dos bolseiros é de natureza diversa daquele realizado pelos quadros e funcionários da DGPC e das DRCs, pelo que crêem “não ser admissível” recorrer a bolseiros para efectuar trabalho permanente e estrutural dos serviços, defendendo o princípio de que para trabalho permanente deve corresponder um vínculo estável.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República

Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem a signatária, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações ao Ministério da Cultura:

1 – Confirma esse ministério tanto a falta de recursos humanos na DGPC e nas DRCs? E a falta de meios técnicos nas DRCs? Em relação aos meios técnicos, o que tem sido feito para colmatar essa lacuna?

2 - Quantos procedimentos concursais se encontram a decorrer no momento e que tipo de vínculos e funções envolvem? Existe a intenção de abrir novos concursos a curto ou médio prazo? Se sim, para quando e para que organismos em concreto?

3 - Existe de facto a intenção de recorrer a bolseiros para efectuar trabalho permanente e estrutural dos serviços?

Palácio de São Bento, 5 de fevereiro de 2021

Deputado(a)s

CRISTINA RODRIGUES(Ninsc)